

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 28/03/2017

- [ES - Governo oferece mil vagas em cursos para jovens de unidades socioeducativas](#)
- [TJAL - Juízes buscam apoio para qualificar adolescentes que vivem em abrigos](#)
- [Global Child Forum na América do Sul vai liderar o debate sobre a importância de “investir em cada criança”](#)
- [Nota Pública MPPE - Funase Vitória de Santo Antão](#)

Assunto: ES - Governo oferece mil vagas em cursos para jovens de unidades socioeducativas

Fonte: Portal Andi

Data: 28/03/2017



Por meio de articulações intersetoriais, jovens privados de liberdade estão tendo acesso à educação profissional. Uma ação do Governo do Estado está permitindo a oferta de mais de mil capacitações em quase 60 áreas diferentes para os internos. As formações já começaram e estão acontecendo dentro das unidades socioeducativas da Grande Vitória.

Na manhã desta segunda-feira (27), foi assinada a Portaria Conjunta entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Sedh), o Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) e a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), que normatiza a parceria.

“Acreditar só na internação é acreditar no fracasso das outras políticas. Por isso, nós queremos fortalecer as medidas em meio aberto. De qualquer forma, dentro da internação, temos mudanças necessárias e é isso que estamos celebrando hoje. Cuidar da juventude é dever do Estado, da sociedade, de todos, diante do princípio da incompletude institucional. Quando unimos nossas forças, somos capazes de grandes transformações. Em meio a crises, conseguimos botar de pé ações concretas”, disse o secretário de Estado de Direitos Humanos, Júlio Pompeu.

Os cursos compreendem os eixos de Comércio Exterior, Eventos, Gastronomia, Modelagem de Vestuário, Produção de Moda, Rádio e TV, Rede de Computadores, Administração e Informática e, desde o início deste mês, 214 jovens de seis unidades socioeducativas já estão sendo capacitados em cinco formações diferentes dentro de duas destas áreas.

“A gente se reinventou para estar presente nesse projeto. Hoje, existem novas profissões e nós queremos entender o que os jovens querem para atender a esses desejos. Queremos melhorar as capacidades técnicas para atuar nesses novos mercados. Somos transversais, podemos

ajudar com soluções inovadoras, já que a ciência está presente em tudo. Estamos muito entusiasmados com esta parceria”, disse Camila Dalla Brandão, subsecretária da Secti.

Antes do início das aulas, os professores da Secti passaram por uma formação inicial para entenderem as particularidades de segurança, a rotina das unidades e a estrutura organizacional do Iases.

Participaram da solenidade de assinatura da Portaria Conjunta a desembargadora Eliana Munhoz, supervisora das Varas da Infância e Juventude do Estado; juízes que atuam na área da Infância e da Juventude; promotores de justiça; defensores públicos; a diretoria do Iases; representantes do Ministério dos Direitos Humanos, do Governo Federal; e adolescentes que cumprem medida de internação na Grande Vitória e que já estão fazendo cursos. Na ocasião, eles compartilharam a experiência vivida no decorrer das formações.

Assunto: TJAL - Juízes buscam apoio para qualificar adolescentes que vivem em abrigos

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 28/03/2017



O juiz Ney Alcântara, presidente da Associação Alagoana de Magistrados (Almagis), reforçou, em entrevista à TV Tribunal, a importância do apoio dos segmentos privados ao processo de qualificação das centenas de adolescentes que vivem nos 25 abrigos de Alagoas, todos à espera da adoção.

“Que os menores que não tiveram a felicidade de ter a família constituída por qualquer motivo ou perderam o convívio com a família que tenham qualificação necessária para, aos 18 anos, quando forem desabrigados, tenha condições de sobrevivência”, afirmou o magistrado.

Ney Alcântara comandou, na manhã desta segunda-feira, na sede da entidade, o lançamento da campanha “Amigos da Infância e Juventude”, cuja finalidade é viabilizar, por meio de parcerias com a iniciativa público-privada, a capacitação dos mais de 300 adolescentes que vivem nos 25 abrigos de Alagoas.

Para facilitar o acesso destes adolescente à educação, a Associação criou a Comissão da Infância e Juventude, composta pelos juízes Carlos Cavalcanti, Fatima Pirauá e Marina Gurgel. O objetivo do grupo também é contribuir com a defesa dos direitos infanto-juvenis.

Direitos assegurados pela Constituição

O coordenador da Comissão, juiz Carlos Cavalcanti, lembrou que os adolescentes têm direitos assegurados pela Constituição. “Essa campanha tem como finalidade essa interação com a sociedade organizada para efetivamente cumprir com o que estabelece a Constituição quando diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar os direitos da criança e do adolescente”, realçou.

A juíza Fatima Pirauá, titular da 28ª Vara Cível da Capital - Infância e Juventude, reforçou a importância do engajamento e da participação dos empresários para o sucesso da iniciativa. “O que queremos é a ajuda de vocês para capacitar esses adolescentes e para que eles se tornem menores aprendizes e saiam dos abrigos com habilidades”, enfatizou a magistrada.

O desembargador Sebastião Costa Filho participou da reunião. Ele elogiou a iniciativa da Almagis e a receptividade dos empresários que estão dispostos a contribuir. “Fico muito feliz com essa iniciativa e em ver pessoas que podem contribuir interessadas por essa causa”, salientou

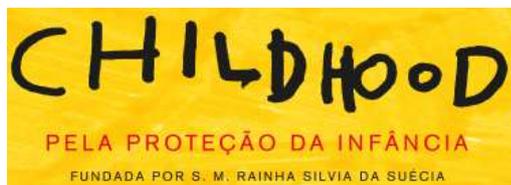
A juíza Laila Kerckhoff, representante da Corregedoria da Justiça, disse se tratar de uma questão humanitária, em que todos devem ajudar de alguma forma. A deputada estadual Jô Pereira e a secretária municipal de Assistência Social, Celianny Rocha, também compareceram ao lançamento da campanha.

Empresários de diversos segmentos produtivos compareceram ao lançamento da campanha e manifestaram interesse em colaborar com a capacitação dos adolescentes. “Com certeza, sairá bons resultados. Nós já apoiamos algumas ações, como o projeto menor aprendiz e vamos reforçar e criar novas ideias para contribuir ainda mais”, destacou Mauro Vasconcelos, empresário do ramo hoteleiro.

Assunto: Global Child Forum na América do Sul vai liderar o debate sobre a importância de “investir em cada criança”

Fonte: Childhood

Data: 28/03/2017



No próximo dia 4 de abril de 2017, Sua Majestade, o Rei Carl XVI Gustaf da Suécia inaugurará o Global Child Forum na América do Sul em São Paulo, Brasil.

O Global Child Forum na América do Sul reunirá mais de 350 líderes e influenciadores de empresas, governos, sociedade civil e universidades para conectar, colaborar e compartilhar as melhores práticas em torno de alguns dos desafios mais críticos enfrentados pelas crianças na região.

Organizado em colaboração com o UNICEF e a Childhood Brasil, o evento de um dia, sob o tema “Investir em Cada Criança”, incentiva a liderança empresarial a respeitar e apoiar os direitos das crianças e destaca o importante vínculo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs, sigla em inglês) na promoção do avanço econômico e social na região.

Entre os palestrantes que irão se apresentar estão o Dr. Luis Alberto Moreno, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento; Clara López Obregón, Ministra do Trabalho da Colômbia; Marta Santos Pais, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Violência contra as Crianças; Maria Cristina Perceval, Diretora Regional do UNICEF para América Latina e Caribe, Paul J. Sistare, Fundador e Presidente do Atlantica Hotels International e Mike A. Parra, Diretor Executivo da DHL Express Americas.

“As empresas têm uma enorme oportunidade de investir no bem-estar, na saúde e na segurança das crianças como parte de seus esforços para alcançar os SDGs”, diz Åse Bäckström, Diretora Administrativa do Global Child Forum. “O Fórum vai destacar essas oportunidades e incentivar as empresas a considerarem os direitos das crianças como um investimento essencial em um futuro sustentável”.

O Fórum contará com a presença e a participação ativa de Sua Majestade, o Rei Carl XVI Gustaf e Sua Majestade, a Rainha Silvia, da Suécia, e Suas Excelências, o Presidente do Brasil. Michel Temer e a Sra. Marcela Temer, Além de palestrantes de destaque, o Fórum sediará painéis interativos e workshops sobre os direitos das crianças dentro da agenda corporativa de sustentabilidade.

“Em consonância com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Global Child Forum é uma grande oportunidade para unir esforços no apoio às crianças, garantindo que elas não só sobrevivam, mas prosperem. Durante os primeiros 1.000 dias de vida, as crianças precisam de nutrição, estímulo, proteção, ambientes livres de

violência, cuidados e amor, a fim de criar os pilares para o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e físico “, afirma Maria Cristina Perceval, diretora regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe.”

O setor privado desempenha um papel essencial, adotando políticas e práticas, como aumento da licença maternidade e paternidade remunerada, opções de creche, entre outras”.

Ana Maria Drummond, Conselheira da Childhood Brasil, diz: “Nenhum setor pode sozinho lidar efetivamente com as questões mais urgentes que as crianças da região enfrentam, especialmente, na economia de hoje. Devemos encontrar novos modelos de parceria inovadores para manter e expandir o investimento nas crianças. É uma oportunidade única para esta discussão urgente.”

O Fórum também lançará o relatório de referência “Direitos da Criança e o Setor Corporativo na América do Sul”. Esse relatório, conduzido pelo Global Child Forum e pelo Boston Consulting Group, examina as principais empresas da América do Sul e avalia o quão bem elas prestam informações sobre indicadores de direitos das crianças. Além disso, serve para incentivar as empresas a promover os direitos das crianças em suas operações e setores.

Assunto: Nota Pública MPPE - Funase Vitória de Santo Antão
Fonte: Ministério Público de PE
Data: 28/03/2017



O Ministério Público do Estado de Pernambuco, através da Procuradoria Geral de Justiça, vem, a público, manifestar seu sentimento de extrema preocupação com a morte de mais um interno do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco, neste final de semana, na unidade da Funase de Vitória de Santo Antão.

A ocorrência de reiteradas mortes de adolescentes leva a concluir que o sistema socioeducativo do Estado de Pernambuco exige ações concretas para restabelecer a dignidade humana dos adolescentes internados e de suas famílias.

O agravamento do sistema tem sido objeto comprovado por reiteradas inspeções realizadas pelos Promotores de Justiça, os quais, no exercício de suas atribuições, interpuseram ações judiciais em várias Comarcas do Estado, a exemplo de Petrolina, Arcoverde, Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Timbaúba, Garanhuns e Vitória de Santo Antão, tendo, em relação a esta última, um procedimento investigatório instaurado na data de hoje (27/03).

Várias unidades da Funase/Case são alvo de procedimentos do Ministério Público de Pernambuco, inclusive, com a celebração de termo de ajustamento de conduta com o Estado de Pernambuco que prevê, dentre outras cláusulas, um plano de preordenamento da Funase para construção de quatro novos Centros de Internação Provisória (CENIPs) e oito novos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASEs).

Estamos recomendando ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude subsidiar os promotores de Justiça, nas diversas cidades onde foram firmados termos de ajustamento de conduta e interpostas medidas judiciais, a fim de que sejam levantadas, neste momento de crise aguda do sistema, as medidas emergenciais que deverão ser adotadas pela Funase, colocando a Procuradoria Geral de Justiça à disposição dos promotores para intermediar as ações prioritárias junto ao Governo do Estado.

Por fim, além de prestar solidariedade às famílias, pela perda dos seus entes queridos, garantimos que o Ministério Público, por meio dos seus órgãos, acompanhará a apuração das responsabilidades pelas barbáries ocorridas, e adotará as devidas providências na esfera criminal.